

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA **MERCADO DE TRABALHO** 1º TRIMESTRE DE 2017

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações –
Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Editoração

Adir Filho

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

1º TRIMESTRE DE 2017 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **2**

EMPREGOS FORMAIS **2**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CON-
TÍNUA **7**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE
EMPREGO E DESEMPREGO **8**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **11**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **11**

Projeção do emprego formal **12**

APÊNDICE **14**

NOTAS METODOLÓGICAS **19**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **19**

Projeções do mercado de trabalho formal **20**

1º TRIMESTRE DE 2017

Decifrar sinais da conjuntura e antecipar rumos da economia não são tarefas simples. É fato que, aqui e ali, ainda que embrionários e dispersos, indícios de arrefecimento da crise começaram a brotar, mexendo com as expectativas dos diversos agentes econômicos. No entanto, por enquanto, nada que vá além de um itinerário lento, gradual e instável. Até porque seria um equívoco dissociar o contexto econômico da cena política, e esta permanece conturbada, longe de qualquer estabilidade e normalidade.

A economia baiana, no caso, não tem emitido sinais claros de restabelecimento e o panorama macroeconômico se encontra permeado por incertezas. Sendo assim, parece cedo abraçar qualquer discurso de recuperação. O que se observa é um período de acomodação, uma espécie de limbo econômico, onde não se tem nem fundo do poço, nem retomada. Neste contexto, também embarcam os indicadores do mercado de trabalho, cujos movimentos perante as mudanças de rumo da economia se dão de forma tardia, defasada.

O mercado de trabalho baiano segue em retração neste início de ano. Cenário semelhante ao nacional. Já são, pelo menos, dois anos em agonia a depender da ótica de avaliação. Em recortes trimestrais, os primeiros três meses do ano representaram o décimo trimestre seguido de perda líquida de empregos com carteira assinada no estado, contribuindo para a supressão de 175.808 postos nos últimos trinta meses.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), que subsidiaram este Boletim na análise do mercado de trabalho baiano no primeiro trimestre deste ano, continuaram apontando a deterioração da maioria dos seus indicadores.

Outros fatores põem em xeque a tão propalada recuperação. Se por um lado, a virulência da queda líquida de empregos celetistas neste trimestre foi a menor desde o início das perdas, por outro a taxa trimestral de desocupação no estado alcançou o maior nível desde 2012, devendo se manter em patamar elevado por mais alguns trimestres. Apesar da melhora dos indicadores que medem os níveis de confiança no meio empresarial baiano, o pessimismo permanece em patamares moderados – o que dificulta afiançar qualquer indício de recuperação econômica no estado no curto prazo. Em termos setoriais, a atividade agropecuária baiana, cujo crescimento é dado como certo, teve, por exemplo, sua estimativa para a safra de grãos de 2017 revisada para baixo três vezes neste ano. Os demais setores continuaram exibindo recuos.

Para complementar, as projeções realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) apontaram o fechamento de postos de trabalho no segundo trimestre de 2017, período habitualmente marcado por saldos positivos na última década, a despeito do resultado negativo dos últimos dois anos. Assim, à princípio, o quadro geral de dificuldades deve persistir e quaisquer expectativas de resgate do nível de emprego não devem ser depositadas no curto prazo, de forma que a aguardada reviravolta, pelo que tudo indica, não se dará no primeiro semestre deste ano e o cenário recessivo do mercado de trabalho baiano prosseguirá.

CENÁRIO ECONÔMICO

Ainda são incipientes os resultados favoráveis do quadro econômico da Bahia no primeiro trimestre do ano, perpetuando um quadro conjuntural adverso no estado. Os setores de Indústria, Serviços e Comércio continuaram em queda. O alento, por enquanto, ficou a cargo do setor agropecuário, cujo crescimento esperado para a safra de grãos deste ano deverá ter papel fundamental em sua recuperação.

Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, relativo ao mês de março, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra baiana de grãos de 2017 denota expansão de 38,6% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção havia totalizado 6,0 milhões de toneladas. A produção física de grãos, assim, fechará o ano com 8,3 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de elevação de 10,2% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá aumentar em 25,8%.

Segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção industrial total baiana, de janeiro a março de 2017, declinou em 8,3% frente ao registrado no mesmo intervalo de 2016 – encadeando a 11ª ocorrência de decréscimo nesta base de comparação, com o último registro positivo tendo ocorrido no trimestre terminado em abril passado (0,1%). O recuo no ritmo produtivo do setor ocorreu tanto na indústria de transformação, que caiu 7,9%, quanto na extrativa, com queda de 14,1%.

O setor de Serviços na Bahia teve redução no volume de serviços prestados acumulado entre janeiro e março de 2017, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2016. Conforme resultados revelados pela Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, a contração foi de 3,8% – 22º recuo sucessivo na comparação interanual por trimestre móvel.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou queda de 4,9% no volume de vendas do varejo no primeiro trimestre de 2017, no confronto interanual. A comparação com o mesmo período de um ano antes apontou retração pela 26ª vez seguida.

A atmosfera empresarial ainda não demonstra otimismo, mas deixa cada vez mais longe os elevados níveis de pessimismo de anos recentes. Segundo o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, o primeiro trimestre deste ano termina com o menor patamar de pessimismo dos últimos três anos. Os últimos resultados ajudam a consolidar uma tendência de recuperação da confiança (janeiro: -191 pontos; fevereiro: -182 pontos; e março: -123 pontos). Desde março de 2016, com o ICEB em -509 pontos, o que se tem é um itinerário quase ininterrupto de redução do pessimismo no meio empresarial do estado – reduzindo o ceticismo quanto ao resgate de algum nível de otimismo num curto espaço de tempo, apesar do pessimismo ainda moderado.

EMPREGOS FORMAIS

A contração do mercado de trabalho da Bahia, segundo a análise das médias móveis de 12 meses do saldo de empregos, mantém-se há 25 meses. Desde março de 2015, portanto, não há geração líquida de oportunidades ocupacionais – prolongando a falta de dinamismo desse

mercado e deixando ainda mais no passado seus tempos áureos. O saldo médio chegou a 7.251 empregos formais eliminados em junho de 2016, pior resultado do intervalo analisado¹ (Gráfico 1).

O acompanhamento das informações de fluxos do Caged revela dois momentos do mercado de trabalho baiano pós inversão ocorrida a partir de março de 2015, quando os saldos médios passaram a ser negativos: i) supressão crescente de postos de trabalho; e ii) arrefecimento no ritmo do corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista. O primeiro trimestre deste ano, por sinal, tem em março, com a supressão média de 5.233 postos, a menor perda dos últimos 18 meses, reforçando os vestígios de enfraquecimento continuado na perda de empregos – no entanto, sem permitir falar em ocorrência líquida de vagas no curto prazo.

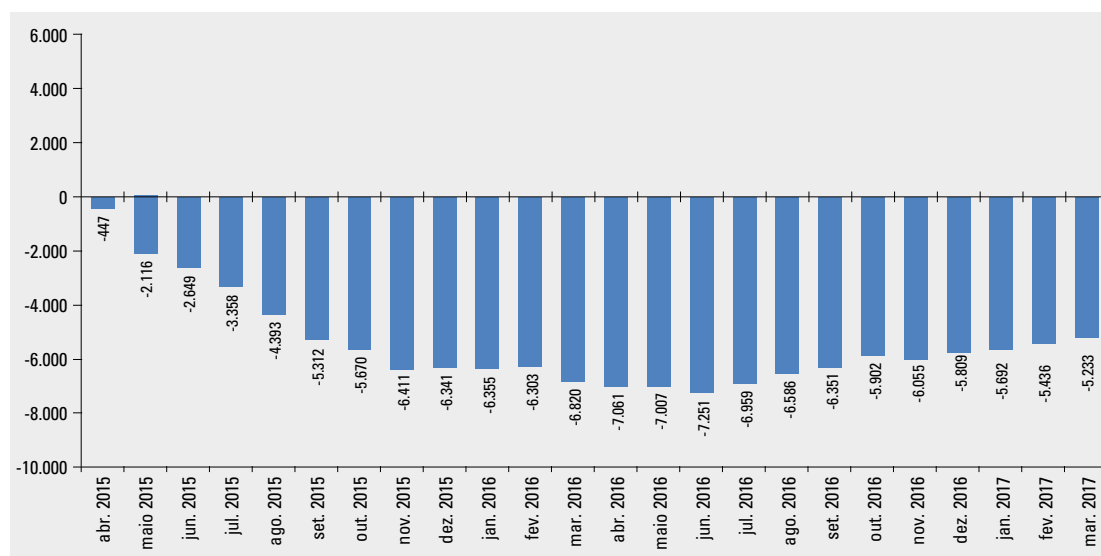


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Abr. 2015-mar. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

O cenário em 2017 ainda não admite entusiasmo. O primeiro trimestre deste ano é mais um com queda na ocupação, perpetuando o padrão recessivo visto há dez trimestres, ou seja, desde o último de 2014. No entanto, a perda líquida de agora é a menor desse íterim, com supressão de 4.672 postos – contração, por exemplo, duas vezes e meia menor que a do trimestre inicial do ano anterior, quando 11.579 postos foram eliminados (Gráfico 2).

Todos os meses do primeiro trimestre exibiram resultados negativos, sendo março o de pior saldo, com eliminação de 2.920 postos – a propósito, o segundo menor registro de sua série desde 2006, acima apenas ao verificado em 2015 (-5.360 postos). Os meses de janeiro e fevereiro, por seu turno, apresentaram eliminação líquida de 369 e 1.383 postos de trabalho, respectivamente. Assim, juntos, com 4.672 postos de trabalho cortados, os três meses iniciais do ano apontaram uma redução de 0,28% no contingente de 1.691.881 empregos com carteira assinada existente ao final de 2016.

¹ Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

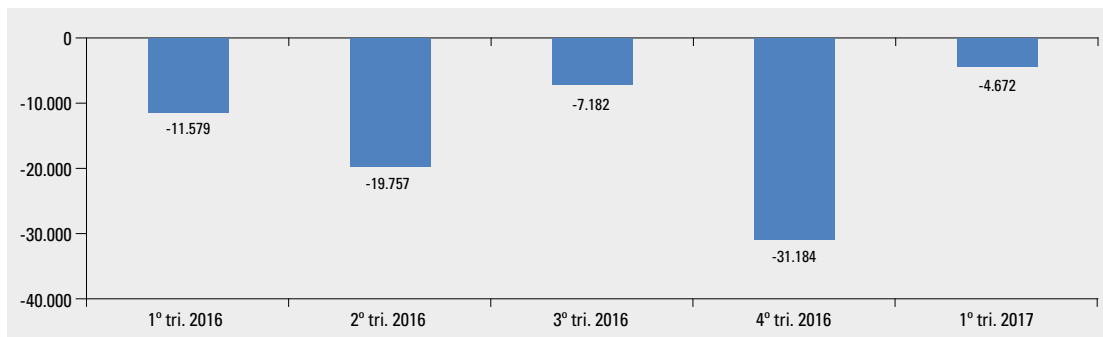


Gráfico 2

Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 1º tri. 2016-1º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A contração no mercado de trabalho formal baiano no primeiro trimestre de 2017 atingiu metade dos oito setores da atividade econômica, um a menos que há um ano e um total de quatro a menos que no trimestre imediatamente anterior. Apesar do menor declínio do nível de ocupação comparativamente ao de um ano antes, os setores de Extrativa Mineral, Construção Civil e Administração Pública exibiram, agora, um desempenho pior.

Numa avaliação setorial, Comércio e Construção Civil, com dispensa líquida de 4.817 e 3.792 trabalhadores no primeiro trimestre de 2017, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais negativos. Em contrapartida, conforme a Tabela 1, os setores de Administração Pública (+2.003 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.397 postos) foram os de maior geração líquida de postos de trabalho no trimestre.

Tabela 1

Comportamento do mercado de trabalho formal por setor de atividade econômica em termos de saldo, por trimestre – Bahia – 1º tri. 2016/4º tri. 2016/1º tri. 2017

Sector de atividade econômica	1º tri. 2016	4º tri. 2016	1º tri. 2017
Extrativa Mineral	16	-318	-115
Indústria de Transformação	-2.419	-4.062	1.020
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-82	-813	1.397
Construção Civil	-866	-7.366	-3.792
Comércio	-6.412	-61	-4.817
Serviços	-6.364	-10.059	-1.623
Administração Pública	2.142	-2.870	2.003
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	2.406	-5.635	1.255
Total	-11.579	-31.184	-4.672

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi negativo para o país nos primeiros três meses de 2017, com 64.378 postos suprimidos. No entanto, duas regiões geraram empregos no referido intervalo: Sul e Centro-Oeste. O Sul, com 63.522 postos a mais, foi a região que mais gerou, enquanto o Nordeste, com corte líquido de 106.277 vagas formais, a que mais eliminou. Das unidades da Federação, em 17 houve fechamento líquido de postos. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com corte de 4.672 oportunidades ocupacionais, ficou na 18ª posição no trimestre, quatro acima da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, todos obtiveram saldo negativo, sendo que Pernambuco (-33.845 postos) apresentou a maior perda líquida e Piauí (-1.084 postos), a menor.

Quanto à distribuição intraestadual, no primeiro trimestre de 2017, replicando o ocorrido um ano antes, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) exibiu corte líquido de vagas e o interior, surgimento de postos (Tabela 2). Enquanto a RMS eliminou 6.910 empregos com registro em carteira, o interior foi responsável pela geração de 2.238 postos no trimestre mais atual – números melhores que os do mesmo intervalo do ano passado. No trimestre imediatamente antecedente, ambas as regiões suprimiram postos de trabalho.

Apesar do protagonismo do interior no que diz respeito ao corte de vagas ao final de 2016, a perda de empregos formais se concentra na RMS quando se considera o primeiro trimestre deste ano. Essa conformação permite apontar a área metropolitana como epicentro da perda de dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano nesse início de 2017.

Tabela 2
Comportamento do mercado de trabalho celetista baiano entre RMS e interior, em termos de saldo, por trimestre – 1º tri. 2016/4º tri. 2016/1º tri. 2017

Área geográfica	1º tri. 2016	4º tri. 2016	1º tri. 2017
Bahia	-11.579	-31.184	-4.672
RMS	-11.614	-12.690	-6.910
Interior	35	-18.494	2.238

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo negativo de 4.672 empregos formais na Bahia, observado no primeiro trimestre, foi proveniente de 140.186 admissões e 144.858 desligamentos. Em um ano, com redução no número de desligamentos (com 24.198 desligados a menos), parece ser a queda das contratações (com 17.291 admitidos a menos) o principal alicerce para a permanência desse resultado negativo. Assim, a ausência de reposição dos quadros, representada pela diminuição no número de admissões, associada a um estoque cada vez menor, que engessa os desligamentos involuntários e inibe os voluntários, torna a dificuldade em se alocar e realocar maior que a de se manter em uma vaga.

Conforme a Tabela 3, no campo das admissões, o reemprego, tipo de contratação mais comum no mercado de trabalho formal baiano, aumentou 7,0% na comparação com o trimestre antecedente². Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou decréscimo de 1,5%. Além disso, em termos relativos, os termos de contrato por prazo determinado se destacaram pela diminuição em 48,4% e as admissões via contrato de trabalho por prazo determinado, pela ampliação em 15,0%.

Tal qual cada trimestre de 2016, o fechamento líquido de postos de trabalho alcançou quase todos os níveis de remuneração nos primeiros três meses deste ano, excetuando-se o dos que receberam até um salário mínimo. Então, apesar da apatia macroeconômica, continuou havendo oportunidades de trabalho para os que ganhavam menos (Gráfico 3). Pelo visto, com a persistência da crise, o artifício de desligar primeiramente os trabalhadores mais bem remunerados, posto em prática pelas empresas como medida de primeira ordem para controle dos custos, ainda não se esgotou no primeiro trimestre.

Do último trimestre de 2016 ao primeiro deste ano, houve melhora em todas as camadas. Ao passo que o grupo dos que receberam menos tiveram sua absorção expandida, os demais

² Reempregado é aquele que já havia exercido ocupação formal no mercado de trabalho anteriormente.

Tabela 3

Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 4º tri. 2016/1º tri. 2017

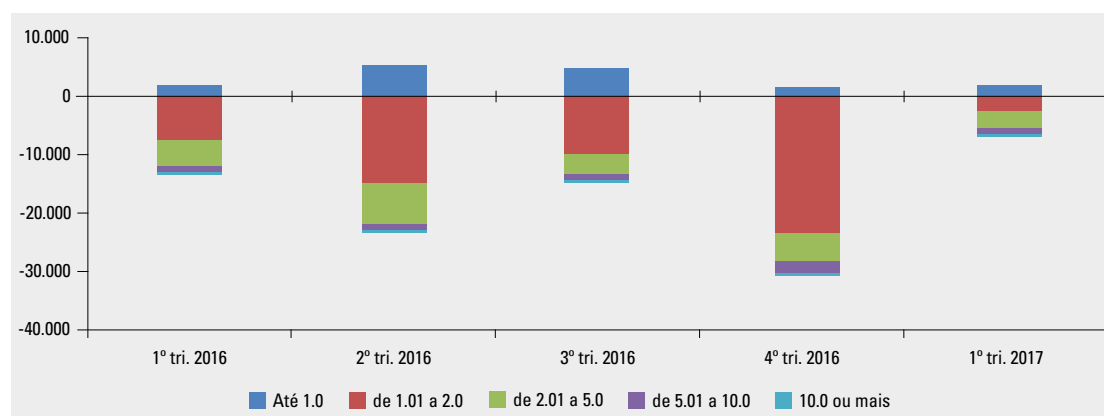
Tipo mov. desagregado	4º tri. 2016	1º tri. 2017	Variação
Admissão por Reemprego	106.439	113.914	7,0%
Admissão por Primeiro Emprego	12.332	13.955	13,2%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	10.612	12.200	15,0%
Admissão por Reintegração	126	117	-7,1%
Admissão por Transferência	0	0	-
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	-168	-160	-4,8%
Desligamento por Morte	-483	-493	2,1%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	-1.210	-1.233	1,9%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	-5.879	-3.036	-48,4%
Desligamento a Pedido	-16.066	-17.109	6,5%
Desligamento por Término de Contrato	-30.601	-18.188	-40,6%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	-106.286	-104.639	-1,5%
Total	-31.184	-4.672	-

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

estratos se depararam com uma atenuação na perda líquida de postos. Entre estes, a faixa dos que recebem entre um e dois mínimos exibiu a mais acentuada das recuperações de um trimestre ao outro, enquanto a categoria delimitada por dois e cinco salários mínimos passou a ser a responsável pela maior perda de vínculos.

**Gráfico 3**

Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 1º tri. 2016-1º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R\$ 1.290 no primeiro trimestre de 2017 – inferior em R\$ 177 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.467. Trata-se do maior valor desde o primeiro trimestre de 2014 (R\$ 1.306). Em relação ao último trimestre do ano passado, quando alcançou R\$ 1.273, houve aumento de 1,3%. Na comparação interanual, também, ocorreu ampliação, já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.256 – alta, portanto, de 2,7%. A evolução trimestral deste indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

No primeiro trimestre deste ano, a remuneração média dos trabalhadores admitidos exibiu o terceiro aumento consecutivo. Por sua vez, o salário real médio de desligamento, após três elevações seguidas, recuou – mantendo-se, no entanto, acima ao de um ano antes. A diferença entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no primeiro trimestre, diminuiu

comparativamente à do trimestre anterior e praticamente se manteve em relação à do primeiro trimestre de 2016. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 91,0% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no inicial de 2016, esses percentuais foram de 89,1% e 91,1%, respectivamente – denotando, ao menos quanto ao quarto trimestre, aumento do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.

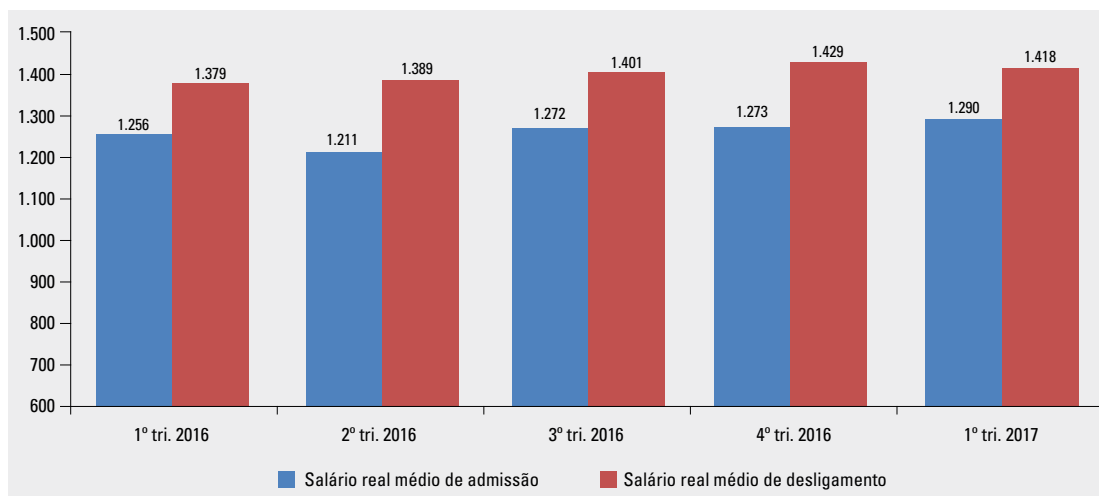


Gráfico 4
Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 1º tri. 2016-1º tri. 2017

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Dados deflacionados em relação a dezembro de 2016 pelo IPCA.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para a Bahia, sintetizados na Tabela 4, o ano de 2017 começou com a maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa, em 2012 – o mesmo ocorrendo para o Brasil, com a mais alta de sua série. A taxa de desocupação do primeiro trimestre no estado foi estimada em 18,6%, aproximadamente 3,0 pontos percentuais maior que a do mesmo conjunto de meses do ano anterior, quando a taxa ficou em 15,5%, e 1,9 ponto percentual acima da do quarto trimestre de 2016, de 16,6%.

As taxas de desocupação brasileira e nordestina, no primeiro trimestre de 2017, ficaram em 13,7% e 16,3%, respectivamente. A Região Nordeste, por sinal, revelou a mais alta taxa entre as regiões no trimestre em análise, ficando a Região Sul com a menor, 9,3%. Entre as unidades da Federação, a Bahia foi o estado com a maior. Enquanto isso, Santa Catarina (7,9%) foi aquele com a menor das taxas.

A população ocupada, no trimestre analisado, foi estimada em 5,908 milhões, representando queda de 4,9% (-306 mil pessoas) em referência ao montante existente no mesmo período do ano anterior e de 2,9% (-175 mil) quando confrontada com a do trimestre imediatamente antecedente. A população desocupada foi estimada em 1,346 milhão de indivíduos – aumento de 10,9% frente à do quarto trimestre de 2016 e de 17,9% em relação à do mesmo trimestre

de um ano antes. Em relação ao registrado um ano antes, o montante de 204 mil pessoas a mais no contingente sem ocupação se deveu à redução de 306 mil postos de trabalho agregada aos 102 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o nível de emprego se reduziu no setor de *Transporte, armazenagem e correio* (-16,4%); *Construção* (-11,7%); *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-10,2%); *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-8,0%); *Serviços domésticos* (-4,5%); *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (-3,7%); e *Outros serviços* (-0,6%). Em compensação, aumentou no de *Indústria geral* (+13,4%); *Alojamento e alimentação* (+2,7%); e *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (+2,0%).

Com base na PNADC, o rendimento médio real, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no primeiro trimestre de 2017, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.435 – quinto maior registro da série. Em relação ao primeiro trimestre de 2016, quando o rendimento médio real estava em R\$ 1.395, houve avanço de 2,9%, e num comparativo com o valor do trimestre anterior, cujo valor estava em R\$ 1.366, o aumento foi de 5,1%. A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 8,187 bilhões – aumento de 2,3% frente à do trimestre imediatamente anterior, quando registrou R\$ 8,003 bilhões e queda de 1,0% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano anterior, cujo valor havia sido de R\$ 8,272 bilhões.

Tabela 4

Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 1º tri. 2016/4º tri. 2016/1º tri. 2017

Indicador	Período			Variação	
	1º tri. 2016	4º tri. 2016	1º tri. 2017	1º tri. 2017/ 1º tri. 2016	1º tri. 2017/ 4º tri. 2016
Taxa de desocupação	15,5%	16,6%	18,6%	3,0 p.p	1,9 p.p
Nível da ocupação	51,7%	49,8%	48,0%	-3,7 p.p.	-1,7 p.p.
População ocupada	6.214 mil	6.083 mil	5.908 mil	-4,9%	-2,9%
População desocupada	1.142 mil	1.214 mil	1.346 mil	17,9%	10,9%
Rendimento médio real habitual	R\$ 1.395	R\$ 1.366	R\$ 1.435	2,9%	5,1%
Massa de rendimento (em milhões de reais)	R\$ 8.272	R\$ 8.003	R\$ 8.187	-1,0%	2,3%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – IBGE.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador no primeiro trimestre foi calculada em 23,9% pela Pesquisa de Emprego e Desemprego³ (Gráfico 5). Com isso, registra-se

³A taxa de desemprego total é uma média móvel, calculada com base em três painéis, envolvendo a coleta dos últimos três meses. Outros indicadores da PEDRMS seguem a mesma metodologia.

pelo segundo trimestre consecutivo uma redução na taxa de desemprego, bem como uma queda no número de pessoas desempregadas, embora ambos os indicadores persistam ainda muito elevados. Em relação ao último trimestre de 2016, o crescimento do número de pessoas ocupadas foi quase três vezes maior que o da População Economicamente Ativa (PEA), contrariando um comportamento sazonal que é de decréscimo da ocupação e crescimento do desemprego nesse período (Tabela 1A, em apêndice).

Embora a taxa de desemprego trimestral tenha diminuído nos dois últimos trimestres, persiste uma situação em que quase um quarto da força de trabalho está na condição de desempregada e a taxa de desemprego é 12,2% maior que a encontrada no mesmo trimestre do ano anterior. O número de desempregados no primeiro trimestre foi calculado em 462 mil pessoas, 67 mil a mais que o contingente de março de 2016.

A redução da taxa de desemprego entre o quarto trimestre de 2016 e o primeiro de 2017 advém da variação da taxa de desemprego aberto (17,6% e 16,5% no 4º e no 1º trimestres, respectivamente) com a taxa de desemprego oculto estabilizada (7,5%). Na comparação anual, o crescimento da taxa de desemprego afetou todos os seus componentes, sendo, porém, mais intenso para o desemprego oculto (aumento de 23,0%) que para o desemprego aberto (8,6%), mostrando que um número crescente de trabalhadores está sendo obrigado a se submeter às difíceis condições do trabalho precário ou sendo atingido pelo desalento durante a penosa busca por ocupação (Tabela 2A, em apêndice).

O movimento da taxa de desemprego total da RMS entre o 4º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017 se deve a um aumento de 12 mil trabalhadores na PEA, sendo 34 mil na condição de ocupados. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a evolução da taxa de desemprego tem por origem o desempenho da ocupação, que aumentou em 14 mil postos, insuficiente para dar conta do acréscimo de 81 mil pessoas ocorrido na PEA.

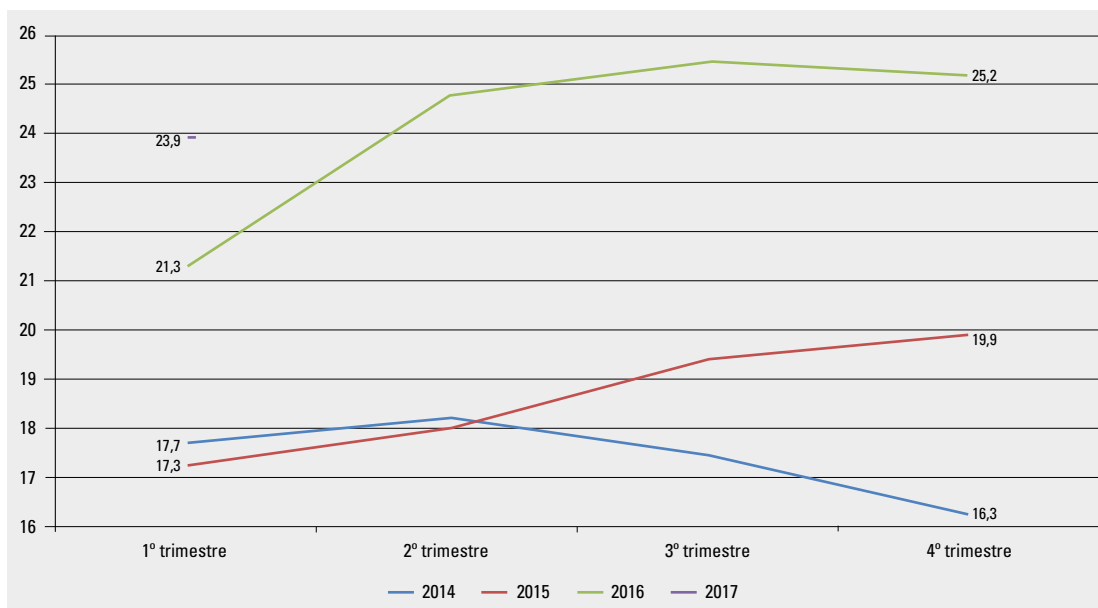


Gráfico 5
Taxa trimestral de desemprego total – RMS – 2014-2017

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

O nível de ocupação da RMS cresceu 2,4% entre o 4º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017, com acréscimo de 34 mil postos de trabalho à estrutura ocupacional. A ocupação cresceu na *Indústria de transformação* (5,8% ou mais 6 mil postos), no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (4,7% ou mais 13 mil) e nos *Serviços* (3,5% ou mais 32 mil). Houve forte redução de postos na *Construção* (-13,8% ou menos 16 mil trabalhadores) (Tabela 3A, em apêndice).

Em relação ao primeiro trimestre de 2016, houve um modesto crescimento da ocupação, com o surgimento de 14 mil posições de trabalho (1,0%). Houve crescimento da ocupação no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (4,3% ou mais 12 mil postos) e nos *Serviços* (2,7% ou mais 25 mil). A *Indústria de transformação* permaneceu com 109 mil trabalhadores em ambos os momentos e na *Construção* houve perda de posições de trabalho (-18,9% ou menos 23 mil postos).

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, a evolução da ocupação entre o 4º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017 revelou aumento do trabalho *Autônomo* (2,5% ou mais 7 mil trabalhadores) e *Assalariado* (2,1% ou mais 20 mil) face ao forte decréscimo do *Emprego doméstico* (-7,9% ou menos 10 mil). Entre os *Assalariados*, houve crescimento no trabalho assalariado no setor público (5,0% ou 6 mil empregos a mais) e no setor privado (1,4% ou mais 12 mil). No setor privado, o acréscimo foi maior nas posições sem proteção da seguridade social e entre os sem carteira assinada (7,1% ou 7 mil trabalhadores a mais) que entre os com carteira assinada (0,7% ou mais 5 mil) (Tabela 4A, em apêndice).

Nos últimos 12 meses houve redução no trabalho *Assalariado* (menos 28 mil empregos ou -2,8%) e crescimento do trabalho *Autônomo* (mais 20 mil ou 7,5%) e no *Emprego doméstico* (mais 1 mil ou 0,9%). Entre os assalariados, foram eliminadas 30 mil posições de trabalho no setor privado (-3,4%) e acrescentadas 2 mil no setor público (1,6%). No setor privado, as perdas se deram nas posições protegidas pela seguridade social (43 mil postos ou 5,5%), já que nas precárias posições sem carteira houve aumento (mais 13 mil postos ou 14,0%).

O rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados da RMS cresceu 3,7% e 2,7%, respectivamente, entre o 4º trimestre de 2016 e fevereiro de 2017 passando a valer R\$ 1.407 para os ocupados e R\$ 1.470 para os assalariados⁴ (Tabela 5A, em apêndice).

Nesse período, a massa de rendimentos dos ocupados cresceu 4,3%, principalmente em função do aumento dos rendimentos, já que o nível de ocupação ficou relativamente estável (0,6%). A massa de rendimentos dos assalariados aumentou 2,9%, também devido ao comportamento dos salários, com o nível do emprego estabilizado (0,2%).

Entre o mês fevereiro 2016 e o de 2017, o rendimento médio real cresceu tanto para ocupados (2,5%) quanto para os assalariados (0,8%). Contudo, houve retração na massa de rendimentos tanto dos ocupados (-0,5%) quanto dos assalariados (-6,6%). Em ambos os casos, a retração da massa de rendimentos deveu-se a retração do nível ocupacional (-2,9% entre ocupados e -7,4% entre assalariados).

4 No momento de conclusão desse texto, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego relativos aos rendimentos do trabalho no primeiro trimestre de 2017 ainda não estavam disponíveis. A análise reporta, portanto, aos valores recebidos em fevereiro de 2017.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas empresariais sobre diversos temas, dentre os quais o ânimo quanto à contratação futura. Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de contratar, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. Ao longo do primeiro trimestre (janeiro: -226 pontos; fevereiro: -286 pontos; e março: -273 pontos), o IEE confirmou o comportamento oscilatório iniciado em novembro último, sugerindo um movimento de acomodação e descaracterizando a trajetória de recuperação delineada de março a outubro de 2016 – o que termina por intimidar qualquer esperança de retomada das contratações no curto prazo.

Em relação ao final do trimestre antecedente, no entanto, há uma leve diminuição do pessimismo (Gráfico 6). Entre os setores, Indústria e Serviços foram os únicos que atenuaram o desânimo ao fim do trimestre atual. A atividade fabril, por sinal, terminou com o melhor dos indicadores, já que em janeiro e fevereiro os melhores registros haviam sido os da Agropecuária. O segmento de Serviços, por outro lado, apresentou o pior dos indicadores para emprego em março. Aliás, no ano, foi a terceira vez que o cenário projetado por este setor, no quesito emprego, assumiu o resultado mais pessimista.

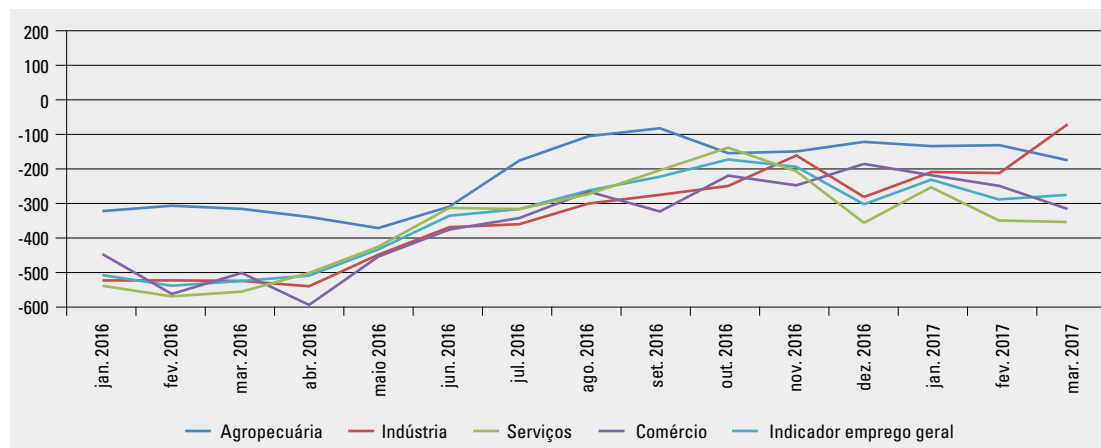


Gráfico 6

Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Jan. 2016-mar. 2017

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses posteriores ao primeiro trimestre de 2017, 43,9% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 48,7% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover o desligamento de empregados; e apenas 7,5% cogitaram a possibilidade de contratar.

Num contexto temporal mais amplo, os sinais não são tão bons. Conforme o Gráfico 7, o intento, por parte do setor produtivo baiano, de reduzir o quadro de funcionários, após três quedas seguidas, voltou a crescer – no entanto, mantendo-se abaixo dos 50,0% e longe de seu maior

patamar histórico, o do primeiro trimestre de 2016 (77,0%). Em paralelo, tanto o fito de admitir quanto o de manter trabalhadores regrediram após três trimestres seguidos de avanço, mas permanecendo acima de seus menores estágios no intervalo sob averiguação.

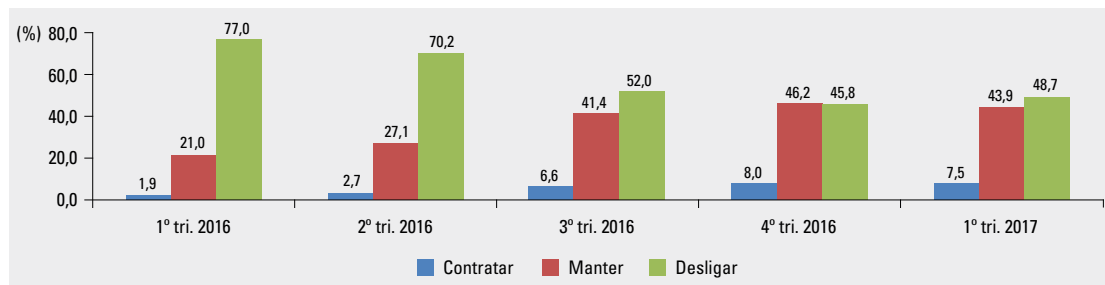


Gráfico 7

Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 1º tri. 2016-1º tri. 2017

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

Projeção do emprego formal

Segundo a projeção realizada pela SEI, a deterioração do mercado de trabalho baiano continuará em curso no segundo trimestre de 2017, com corte previsto de 5.973 postos⁵. Se tal expectativa se confirmar, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia, no trimestre em questão, representará o terceiro menor registro para o período desde 2006. Até então, os menores saldos num segundo trimestre ocorreram nos anos de 2015 e 2016, quando foram eliminados 14.577 e 19.757 vínculos de trabalho com carteira assinada, respectivamente.

A perda de empregos com carteira assinada esperada para o segundo trimestre do ano está sendo influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Construção Civil (-7.565 postos), Serviços (-5.510 oportunidades) e Comércio (-2.901 postos). Por outro lado, os setores de Agropecuária (+6.560 postos), Indústria de Transformação (+2.753 empregos celetistas) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+708 postos) deverão registrar saldo positivo. As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5

Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Bahia – 2º tri. 2017

Sector de atividade econômica	Saldo projetado
Extrativa Mineral	-465
Indústria de Transformação	2.753
Serviços Industriais de Utilidade Pública	708
Construção Civil	-7.565
Comércio	-2.901
Serviços	-5.510
Administração Pública	447
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	6.560
Total	-5.973

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2017.

A projeção feita pela SEI, com supressão de 5.973 vínculos formais para o próximo trimestre, juntamente com outros vetores de instabilidade econômica no estado, além dos últimos dados de fluxos do Caged e das informações provenientes da PNADC e PEDRMS, ajudam a amparar a permanência da expectativa negativa quanto à retomada do emprego na Bahia

⁵A projeção feita pela SEI se utilizou de dados atualizados até março de 2017.

para os próximos meses. Além do mais, apesar do pessimismo cada vez menor, os níveis de confiança do empresariado local permanecem baixos, reforçando a hipótese de continuidade de um mercado de trabalho com pouca vitalidade em território baiano.

Enfim, até o momento, os sinais de que a recuperação dos indicadores do mercado de trabalho baiano tenha se iniciado ou venha a acontecer num curto espaço de tempo são muito vagos. A própria dinâmica do mercado de trabalho, que tem uma reação retardada perante os ciclos econômicos, associada com a ausência de evidências consolidadas de resgate da atividade econômica baiana até o momento ajudam a munir essa conclusão.

Tabela 1A
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos			Taxas (%)		População Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (pea/pia)	Desemprego total (des/pea)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)						
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	1.226	128,0	58,4	19,9	3.424	
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	1.238	129,2	58,2	16,7	3.436	
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	1.246	130,1	58,1	16,2	3.447	
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	1.243	129,7	58,4	13,8	3.459	
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	1.315	137,3	56,2	15,7	3.470	
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	1.333	139,1	55,8	15,5	3.482	
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	1.302	135,9	57,0	15,8	3.494	
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	1.320	137,8	56,6	14,1	3.505	
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	1.268	132,4	58,5	17,3	3.517	
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	1.247	130,2	59,4	17,9	3.529	
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	1.200	125,3	61,1	19,0	3.541	
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	1.233	128,7	60,2	16,6	3.553	
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565	
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577	
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589	
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601	
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613	
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625	
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637	
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	1.342	140,1	58,2	16,3	3.649	
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662	
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674	
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686	
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	1.376	143,6	57,9	19,9	3.699	
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	1.432	149,5	56,4	21,3	3.711	
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	1.425	148,7	56,8	24,8	3.724	
3º tri. 2016	1.932	129,1	1.439	130,9	493	123,9	1.382	144,3	58,3	25,5	3.736	
4º tri. 2016	1.921	128,3	1.437	130,8	484	121,6	1.408	147,0	57,7	25,2	3.749	
1º tri. 2017	1.933	129,1	1.471	133,8	462	116,1	1.411	147,3	57,8	23,9	3.761	
Variação (%)												
1º tri. 2017//4º tri. 2016		0,6		2,4		-4,5		0,2	0,2	-5,2	0,3	
Variação (%)												
1º tri. 2017//1º tri. 2016		4,4		1,0		17,0		-1,5	2,5	12,2	1,3	

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A**Taxas de desemprego, por tipo de desemprego – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017**

Em porcentagem

Trimestres	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Precário	Desalento
1º tri. 2010	19,9	12,4	7,5	5,0	2,5
2º tri. 2010	16,7	11,3	5,3	3,8	1,6
3º tri. 2010	16,2	10,7	5,5	3,7	1,8
4º tri. 2010	13,8	9,8	4,0	2,8	(1)
1º tri. 2011	15,7	10,0	5,7	3,6	2,0
2º tri. 2011	15,5	10,4	5,1	3,6	1,5
3º tri. 2011	15,8	11,3	4,5	3,3	(1)
4º tri. 2011	14,1	9,8	4,3	3,2	(1)
1º tri. 2012	17,3	11,7	5,6	4,3	1,3
2º tri. 2012	17,9	12,2	5,7	4,2	1,5
3º tri. 2012	19,0	13,1	5,9	4,6	1,3
4º tri. 2012	16,6	11,4	5,2	4,3	(1)
1º tri. 2013	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3
2º tri. 2013	19,1	14,1	5,0	3,9	(1)
3º tri. 2013	17,8	12,8	5,0	4,0	(1)
4º tri. 2013	16,9	12,4	4,5	3,7	(1)
1º tri. 2014	17,7	12,8	4,9	4,2	(1)
2º tri. 2014	18,2	13,3	4,8	4,2	(1)
3º tri. 2014	17,5	12,8	4,7	3,9	(1)
4º tri. 2014	16,3	11,3	5,0	4,3	(1)
1º tri. 2015	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)
2º tri. 2015	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)
3º tri. 2015	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)
4º tri. 2015	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)
1º tri. 2016	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)
2º tri. 2016	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)
3º tri. 2016	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)
4º tri. 2016	25,2	17,6	7,5	6,6	(1)
1º tri. 2017	23,9	16,5	7,5	6,7	(1)
Variação (%) 1º tri. 2017/ 4º tri. 2016	-5,2	-6,3	0,0	1,5	(1)
Variação (%) 1º tri. 2017/ 1º tri. 2016	12,2	8,6	23,0	21,8	(1)

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT).

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3A

Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Setor de Atividade – Região Metropolitana de Salvador - 2011-2017

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	101,1	893	103,4
3º tri. 2016	1.439	99,8	114	87,7	108	81,2	288	104,7	899	104,1
4º tri. 2016	1.437	99,7	103	79,2	115	86,5	277	100,7	914	105,8
1º tri. 2017	1.471	102,0	109	83,8	99	74,4	290	105,5	946	109,5
Variação (%)										
1º tri. 2017/ 1º tri. 2016		2,4		5,8		-13,9		4,7		3,5
Variação (%)										
1º tri. 2017/ 1º tri. 2016		1,0		0,0		-18,9		4,3		2,7

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MIB/FAT.

(1) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Em 1.000 pessoas.

(7) Base: média de 2011 = 100.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 4A

Estimativas e índices do nível de ocupação, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Trimestres	Total (1)		Assalariados (2)												Autônomos			Empregados domésticos	
			Total	Setor privado				Setor público (3)											
				Total		Com carteira assinada		Sem carteira assinada		Setor público (3)									
	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)	Números absolutos (4)	Índices (5)			
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8			
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9			
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8			
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4			
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4			
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4			
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8			
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4			
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2			
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4			
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7			
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0			
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0			
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8			
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0			
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8			
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2			
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5			
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8			
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4			
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1			
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6			
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9			
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2			
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0			
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6			
3º tri. 2016	1.439	130,9	979	149,0	839	168,8	740	203,3	99	74,4	140	87,5	273	110,5	114	99,1			
4º tri. 2016	1.437	130,8	954	145,2	835	168,0	736	202,2	99	74,4	121	75,6	280	113,4	126	109,6			
1º tri. 2017	1.471	133,8	974	148,2	847	170,4	741	203,6	106	79,7	127	79,4	287	116,2	116	100,9			
Variação (%)																			
1º tri. 2017/1º tri. 2016	2,4			2,1		1,4		0,7		7,1		5,0		2,5		-7,9			
Variação (%)																			
1º tri. 2017/1º tri. 2016	1,0			-2,8		-3,4		-5,5		14,0		1,6		7,5		0,9			

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTB/FAT.

(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

(4) Em 1000 pessoas.

(5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 5A

Índices Trimestrais do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2017

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016	128,2	90,5	116,0	145,8	87,5	127,6
3º tri. 2016	130,9	92,8	121,5	149,0	89,9	134,0
4º tri. 2016	130,8	91,6	119,7	145,2	87,6	127,2
1º tri. 2017						
Fevereiro	131,6	95,0	124,9	145,5	90,0	130,9
Variação (%) Fev-2017/ 4º tri. 2016	0,6	3,7	4,3	0,2	2,7	2,9
Variação (%) Fev-2017/ fev. 2016	-2,9	2,5	-0,5	-7,4	0,8	-6,6

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

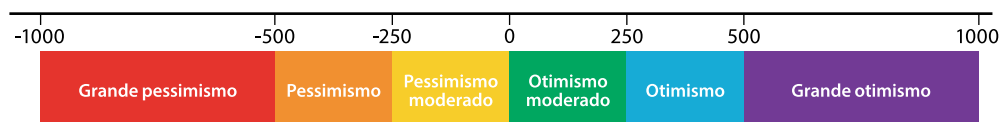
Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.

